



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XII — N.º 158

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 5 DE OUTUBRO DE 1957

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45, do Regimento Interno convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 8 de Outubro próximo, às 21 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 795, de 1950, da Câmara dos Deputados, e n.º 309, de 1950, no Senado Federal) que dispensa do recolhimento dos Depósitos Compulsórios os contribuintes que tenham processos de lançamento pendentes de decisão Senado Federal, em 19 de Setembro de 1957.

João Goulart

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se em 10

e 22 do mês em curso às 21 horas no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo discriminados:

Dia 10:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 883, de 1955, na Câmara dos Deputados e n.º 141, de 1957, no Senado, que dispõe sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas e dá outras providências:

Dia 22:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 1.181, de 1956, na Câmara dos Deputados e n.º 92, de 1957, no Senado, que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências.

Senado Federal, 1 de Outubro de 1957.

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.

1.º Secretário — Senador Lima Teixeira.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Vitorino Freire.

4.º Secretário — Senador Kerginaldo Cavalcanti.

1.º Suplente — Senador Mourão Vieira.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.

Lima Teixeira.

Freitas Cavalcanti

Vitorino Freire.

Kerginaldo Cavalcanti.

Mourão Vieira.

Prisco dos Santos.

Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Melo — Presidente.

Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente (2).

Gilberto Marinho.

Benedito Valladares.

Caspar Velloso.

Ruy Carneiro (1).

Lourival Fontes (3).

Lima Guimarães.

Daniel Krieger.

Attilio Vivacqua.

Linne Prestes.

Juracy Magalhães (4).

Sr. Francisco Gallotti.

2) Substituído temporariamente pelo Sr. Mário Pôrto.

3) Substituído temporariamente pelo Sr. Lauro Horá.

4) Substituído temporariamente pelo Sr. João Villasbôas.

Secretário — Mécimo dos Santos Andrade.

Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente.

Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Carlos Lindemberg.

Gomes de Oliveira (1).

Alencastro Guimarães.

Linneu Prestes.

Alô Guimarães.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Fausto Cabral.

Reuniões às terças-feiras, às 16 horas.

Secretário — Renato Chermont, Oficial Legislativo.

Comissão de Educação e Cultura

Loudival Fontes — Presidente.

Ezequias da Rocha — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Mourão Vieira.

Reginaldo Fernandes.

Mem de Sá. (1)

Ary Vianna.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Novaes Filho.

Secretário — Diva Gallotti.

Reuniões — Quinzas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Ary Vianna.

Onofre Gomes.

Paulo Fernandes (1)

Carlos Lindemberg.

João Mendes.

Lima Guimarães.

Augusto Capral.

Daniel Krieger.

Juracy Magalhães.

Júlio Lente (2).

Othón Mäder.

Lino de Mattos.

Novaes Filho

Domingos Velasco.

Suplentes

Caspar Velloso

Mourão Vieira.

Attilio Vivacqua.

Otacílio Jurema.

Linneu Prestes.

Mem de Sá.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Sobral Barreto.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Lutterbach Nuns.

RELATORES DESIGNADOS PARA O ORÇAMENTO DE 1958

Anexo nº 1 — Receita — Sr. Juacy Magalhães.

Anexo nº 2 — Poder Legislativo — Sr. Domingos Velasco.

Anexo nº 3.01 — Tribunal de Contas — Sr. Fausto Cabral.

Anexo nº 3.02 — Conselho Nacional de Economia — Sr. Fausto Cabral.

Anexo nº 4.01 — Presidência da República — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.02 — DASP — Senhor Lima Magalhães.

Anexo nº 4.03 — Estado Maior das Forças Armadas — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.04 — CRIFA — Senhor Lima Guimarães.

Anexo nº 4.05 — Comissão de Reparações de Guerra — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.06 — Comissão Vale do São Francisco — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.07 — CNEE — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.08 — Conselho Nacional do Petróleo — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.09 — Conselho de Segurança Nacional — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.10 — Valoração da Amazônia — Sr. Vivaldo Lima.

Anexo nº 4.11 — Ministério da Aeronáutica — Sr. Lameira Bittencourt.

Anexo nº 4.12 — Ministério da Agricultura — Sr. Paulo Fernandes.

Anexo nº 4.13 — Ministério da Educação — Sr. Daniel Krieger.

Anexo nº 4.14 — Ministério da Fazenda — Sr. Júlio Leite.

Anexo nº 4.15 — Ministério da Guerra — Ary Vianna.

Anexo nº 4.16 — Ministério da Justiça — Sr. Carlos Lindenberg.

Anexo nº 4.17 — Ministério da Marinha — Sr. Ary Vianna.

Anexo nº 4.18 — Ministério das Relações Exteriores — Sr. Novaes Filho.

Anexo nº 4.19 — Ministério da Saúde — Sr. Lino de Mattos.

Anexo nº 4.20 — Ministério do Trabalho — Sr. Fausto Cabral.

Anexo nº 4.21 — Ministério da Viação — Sr. Othon Mäder.

Anexo nº 5 — Poder Judiciário — Sr. Mathias Olympio.

Comissão de Redação

- 1 — Ezequias da Rocha — Presidente.
- 2 — Gaspar Velloso — Vice-Presidente.
- 3 — Argemiro de Figueiredo.
- 4 — Saulo Ramos. (*)
- 5 — Sebastião Archer.

(*) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.
Secretária — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

- Georgino Avelino — Presidente.
- João Villasboas — Vice-Presidente.
- Lourival Fontes.
- Bernardes Filho.
- Gilberto Marinho.
- Benedicto Valladares.
- Auro Moura Andrade.
- Gomes de Oliveira.
- Ruy Palmeira. (1)

(1) Substituído provisoriamente pelo Sr. Daniel Krieger.
(2) Substituído provisoriamente pelo Sr. Fausto Cabral.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 hs.
Secretário: J. B. Gastjeon Branco.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressão nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 80,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 78,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 106,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Alô Guimarães — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Ezequias da Rocha.
Vivaldo Lima.
Secretário — Diva Galloiti.
Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Neves da Rocha — Presidente.
Ruy Carneiro (1) — Vice-Presidente.
Sylvio Curvo (2).
Leonidas de Mello.
Fausto Cabral.
João Arruda.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Abelardo Jurema.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Mário Motta.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
Calado de Castro — Vice-Presidente.
Alencastro Guimarães.
Jorge Maynard.
Francisco Galloiti (1).
Sá Tinoco.
Sylvio Curvo (1).
(1) Substituído temporariamente pelo Senador Mário Motta.
Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas.
Secretário: Romilda Duarte.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.

Calado de Castro.
João Mendes.
Mem de Sá.
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

1 — Novaes Filho — Presidente.
2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente.
3 — Francisco Galloiti (2).
4 — Nelson Fumo (3).
5 — Coimbra Bueno (1).
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Frederico Nunes.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Remy Archer.
(3) Substituído pelo Sr. Ary Vianna.
Reuniões: às quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais
De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Filinto Müller.
Secretário: José da Silva Lemos.
Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba

Mathias Olympio — Presidente.
Domingos Velasco — Vice-Presidente.
Mendonça Clark — Relator.
Parsifal Barroso.
Coimbra Bueno.
Ezequias da Rocha.
Secretário Francisco Soares de Arruda.
Reuniões: Sextas-feiras, às 15 horas.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
Mem de Sá — Vice-Presidente.
Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
Lameira Bittencourt.
Francisco Arruda — Secretário.

Comissão Especial designada para opinar sobre a denúncia oferecida contra o Procurador Geral da República, Sr. Carlos Medeiros da Silva

Cunha Mello — Presidente.
Lameira Bittencourt — Relator.
Argemiro de Figueiredo.
Sebastião Archer.
Fausto Cabral.
Novaes Filho.
Lino Prestes.
Mourão Vieira.
Mário Motta.
Prisco dos Santos.
Gaspar Velloso.
Atílio Vivacqua.
Moura Andrade.
Ary Vianna.
Alvaro Adolpho.
Novaes Filho.
Secretário — Micio dos Santos Andrade.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasqualini. (1)
Lino de Mattos.
1) Substituído temporariamente pelo Sr. Primio Beck.
Secretário — Sebastião Velga.
Reuniões — Quintas-feiras.

Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis de Trabalho

Senadores
Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Filinto Müller.
Francisco Galloiti.
Argemiro de Figueiredo.
Othon Mäder.
Reginaldo Cavalcanti.
Júlio Leite.
Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Tarso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Licurgo Leite.
Sylvio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Gaspar Velloso.
Saulo Ramos.
Lourival Fontes.
Calado de Castro.
Argemiro de Figueiredo.
Daniel Krieger.
Mem de Sá.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
João Villasboas.
Lino de Mattos.
Sá Tinoco.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Capanema — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Lopo Coelho.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Cerdeira.
Felinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Coimbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.

Secretários Lazary Guedes e José da Silva Lisboa.

Comissão Mista de Estudo do Problema do Inquilinato

Gaspar Velloso — Presidente.
Badaró Junior — Vice-Presidente.
Rui Carneiro — Relator.
Abguar Bastos — Revisor.
Senador Lima Guimarães.
Senador Argemiro de Figueiredo.
Senador Atílio Vivacqua.
Deputado Chagas Freitas.
Deputado João Menezes.
Deputado Tarcísio Maia.

Secretário — Francisco Soares Aruda.
Reunião — Quartas-feiras.

Atas das Comissões

Comissão de Educação e Cultura

ATA DA 12.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 3 DE OUTUBRO DE 1957

Aos três dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e sete, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura, sob a Presidência do Senhor Senador Lourival Fontes, estando presentes todos os seus membros.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente dá, em seguida, a palavra ao Senador Gilberto Marinho que relata "favoravelmente" ao projeto e apresenta uma emenda substitutiva ao Projeto de Lei da Câmara, n. 306, de 1956, que dispõe sobre a transferência e reorganização do Serviço de Censura e Diversões Públicas e dá outras providências; e o Projeto de Lei da Câmara, n. 177, de 1957, que modifica o artigo 91 e revoga os artigos 92 e 93 da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Dec. Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942); também aprovado o parecer.

Aprova, ainda, a Comissão o parecer do Sr. Senador Novaes Filho, favorável à emenda supressiva da Câmara ao Art. 2.º e seu parágrafo único do Projeto de Lei do Senado n. 39, de 1954, que cria o Museu da Abolição, com sede na cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião da qual, eu, Diva Gallotti, Secretária, lavro a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Finanças

REUNIÃO, EM 30 DE AGOSTO DE 1957

As 10 horas e 30 minutos, sob a presidência do Sr. Vivaldo Lima, presentes os Srs. Lima Guimarães, Lutterbach Nunes, Fausto Cabral, Daniel Krieger, Ary Vianna, Lameira Bittencourt e Novaes Filho, reúne-

se a Comissão de Finanças. Comparece ainda o Sr. Sobral Barreto, em substituição ao Sr. Julio Leite. Deixam de comparecer os Srs. Alvaro Adolfo, Mathias Olympio, Lino de Mattos, Juracy Magalhães, Othon Mader, Gaspar Velloso e Carlos Lindenberg.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Distribuição:

— ao Sr. Novaes Filho o Projeto de Lei da Câmara, n. 142, de 1957, que fixa a Despesa e estima a Receita da União, para o exercício financeiro de 1958 — Anexo n. 4.18 — Ministério das Relações Exteriores;

— ao Sr. Fausto Cabral o Projeto de Lei da Câmara, n. 140, de 1957, que federaliza a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e dá outras providências;

— ao Sr. Ary Vianna o Projeto de Lei da Câmara, n. 143, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Eleitoral do Estado do Espírito Santo — o crédito especial de Cr\$ 175.000,00 para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1956.

Inicialmente, o Sr. Lima Guimarães lê as Redações Finais das emendas apresentadas no Senado ao Projeto de Lei da Câmara, n. 142, de 1957, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958 — Anexos números 3.02 — Conselho Nacional de Economia e 4.03 — Conselho Nacional do Petróleo. As Redações Finais são aprovadas pela Comissão.

O Sr. Novaes Filho apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara, n. 142, de 1957, que fixa a Despesa e estima a Receita da União, para o exercício financeiro de 1958 — Anexo n. 4.18 — Ministério das Relações Exteriores, concluindo pela apresentação de emendas de números 1-C a 16-C. O parecer é aprovado pela Comissão.

O Sr. Vivaldo Lima dá parecer favorável, aprovado pela Comissão, ao Projeto de Lei da Câmara, n. 111, de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências.

Usa da palavra o Sr. Lameira Bittencourt, Relator do Projeto de Lei da Câmara, n. 133, de 1957, que autoriza a abertura de créditos especiais no total de Cr\$ 2.155.607.323,70 para atender ao pagamento do Departamento Administrativo do Serviço Público e nos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Educação e Cultura, Fazenda, Guerra, Justiça e Negócios Interiores, Marinha, Relações Exteriores, Saúde, Trabalho, Indústria e Comércio e Viação e Obras Públicas, sugerindo seja oficiada à Câmara dos Deputados a fim de que providencie a remessa dos documentos necessários ao estudo do projeto em tela. A Comissão aprova a sugestão do Sr. Lameira Bittencourt.

Em seguida, o Sr. Fausto Cabral emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara, n. 140, de 1957, que federaliza a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e dá outras providências. O parecer é aprovado pela Comissão.

Ainda o Sr. Fausto Cabral apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara, n. 271, de 1953, que institui o Fundo Partidário, regula sua distribuição e dá outras providências. Em discussão a matéria, pede e obtém vista do processo o Sr. Lima Guimarães.

Finalmente, o Sr. Ary Vianna lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara, n. 143, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo — o crédito especial de Cr\$ 175.000,00, para

atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores da Secretaria daquele Tribunal no exercício de 1956. O parecer é aprovado pela Comissão.

Usa da palavra o Sr. Presidente para declarar que recebeu do Senhor Juracy Magalhães ofício no qual aquele Senador renunciava às suas funções de Relator do Anexo da Receita na Comissão de Finanças.

O Sr. Lima Guimarães, em nome de seus pares, solicita do Sr. Presidente, que mantenha contacto pessoal com o Sr. Juracy Magalhães, para, em nome da Comissão, demonstrar-lhe a atitude que acabava de tomar.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a Reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 164.ª SESSÃO DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 4 DE OUTUBRO DE 1957.

PRESIDÊNCIA DO SR. LIMA TEIXEIRA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Lameira Bittencourt. — Sebastião Archer. — Leônidas Mello. — Onofre Gomes. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Reginaldo Cavalcanti. — Reginaldo Fernandes. — Rui Carneiro. — Argemiro de Figueiredo. — Ezequias da Rocha. — Julio Leite. — Jorge Maynard. — Lourival Fontes. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Pilombo Cavalcanti. — Ary Vianna. — Sá Tinoco. — Paulo Fernandes. — Tarcísio de Miranda. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Zenedito Valladares. — Lima Guimarães. — Lineu Prestes. — Lino de Mattos. — Moura Andrade. — Domingos Vellasco. — Coimbra Bueno. — Pedro Ludovico. — Maria Mota. — João Villasboas. — Othon Mader. — Francisco Gallotti. — Saulo Ramos. — Primo Beck. — Mem de Sá (41).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental no recinto, declaro aberta a sessão.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI — (Servindo de 2.º Secretário) — Procede a leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 1.º SUPLENTE — (Servindo de 1.º Secretário) — Lê o seguinte

Expediente

OFÍCIO

Da Câmara dos Deputados, sob número 1.548, encaminhando autógrafo do seguinte:

Projeto de Lei da Câmara n. 212, de 1957

(N.º 2.898-B, DE 1957, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar o Museu de Arte Moderna de São Paulo na realização do programa da IV Bienal de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para auxiliar o Museu de Arte Moderna de São Paulo na realização do programa organizado para as manifestações da IV Bienal de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Finanças,

MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República.

— n.º 307, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Francisco D'Alamo Lousada, Ministro Plenipotenciário de Primeira classe, para exercer, cumulativamente, as funções de Embaixador extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos do Brasil junto a Sua Majestade o Rei da Noruega e de Enviado Extraordinário o Ministro Plenipotenciário na Islândia.

A Comissão de Relações Exteriores.

Telegrama da Associação Comercial de S. Paulo, manifestando-se pela aprovação do projeto de lei que cria o Fundo da Marinha Mercante.

"De São Paulo.

"Excelentíssimo Senhor Doutor João Goulart, Presidente do Senado Federal — Palácio Monroe — Rio.

A Associação Comercial de São Paulo pede venia para manifestar a V. Ex.ª seu ponto de vista favorável à aprovação do Projeto de Lei n.º 1.966, que cria o Fundo da Marinha Mercante em vista da necessidade do reaparelhamento da Marinha Mercante Nacional. Ao externar seu apoio à conversão em lei do citado projeto destinado à obtenção de meios para a expansão de nossa Frota Mercante, a signatária toma a liberdade de lembrar os prejuízos decorrentes de entraves diversos, sobretudo de certos dispositivos das Leis Trabalhistas, que têm impedido esse desenvolvimento, acentuando, outrossim, que os objetivos visados no Fundo poderão malograr caso o governo não estabeleça clima liberdade para a iniciativa privada, essencial ao Comércio Marítimo. Antecipadamente grata pela atenção que for dispensada às ponderações expendidas no presente, a Entidade que este subcreve se vale do ensejo para reiterar a V. Ex.ª seus protestos de distinta consideração. — Emílio Lang Junior, Presidente em exercício da Associação Comercial de São Paulo".

Parecer n. 904, de 1957

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 136, de 1957.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

A Comissão apresenta a redação em (fls. anexas) das emendas do Senado ao Projeto de Lei n.º 136, de 1957, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 4 de outubro de 1957. — Ezequias da Rocha, Presidente. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Mourão Vieira, ANEXO AO PARECER N.º 904-1957

Redação final das Emendas do do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 136, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 destinado a auxiliar a construção e o aparelhamento do Saneamento Evagístico de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

EMENDA N.º 1

Ao projeto

Dê-se à emenda do projeto a seguinte redação:

"Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, crédito especial destinado a auxiliar as obras do Sanatório Evangélico de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e do Sanatório General Severiano da Fonseca, em Macaé — Alagoas."

EMENDA N.º 2

Ao art. 1.º (Emenda n.º 1 —)

Dê-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) sendo Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar a construção e o aparelhamento do Sanatório Evangélico de Belo Horizonte, mantido pela Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais, e Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para ampliação e equipamento do Sanatório General Severiano da Fonseca, em Macaé, mantido pela Liga Alagoana contra a Tuberculose."

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Sebastião Archer, primeiro orador inscrito.

O SR. SEBASTIÃO ARCHER:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores.

Comemora-se hoje o centenário de nascimento de um dos mais ilustres filhos do Maranhão e também de um dos homens que traçou trajetória luminosa nesta Casa a que hoje pertencemos: a 4 de outubro de 1857 nascia em Vila do Rosário o Senador Benedito Leite.

Desde cedo, em seu Estado natal, mostrou sua intensa capacidade de trabalho e seu incontestável valor na liderança dos seus semelhantes.

Depois de exercer vários cargos públicos no interior do Estado, ao ser proclamada a forma de governo republicano, foi nomeado pelo então Governador José Thomaz Porciúncula, Inspetor do Tesouro Público do Estado do Maranhão, lugar que exerceu até 1891.

Por essa época, Benedito Leite já ingressara na política, filiado à ala do Partido Conservador, chefiado por Gomes de Castro, o qual tomara, com o advento da República, o nome de Partido Nacional. E foi como representante desse partido que Benedito Leite tornou-se membro da 1.ª Constituinte do Maranhão.

Em breve, graças à sua magnífica atuação, era a principal figura do seu partido e não tardou a promover a fusão de três agremiações políticas: partidárias, reunindo no grande Partido Federalista, o Nacional, o Constitucional e o Constitucional fundando, outrossim, em setembro de 1892, o órgão da imprensa "Federalista".

Em 31 de dezembro de 1892 era eleito Deputado Federal, juntamente com Luiz Domingues da Silva, preenchendo as vagas abertas com as renúncias de Tasso Fragoso, Enes de Souza e o falecimento de Custódio dos Santos. Em três anos apenas de atividade na Câmara, e já então chefe do Partido Federalista, demonstrou operosidade e eficiência, inclusive como membro da Comissão de Finanças.

Em 1895, eleito Senador, na vaga ocasionada pela morte do General Cunha Junior, passou a representar o Maranhão, juntamente com o Conde Marinho Gomes de Castro e do Almirante Belfort Vieira. Durante 12 anos, demonstrou nesta Casa suas

altos dotes, tornando as armas da oratória, com os mais altos expoentes da política brasileira, tais como Ruy Barbosa, Pinheiro Machado, Lauro Sodré e outros.

Pelo espaço de dez anos foi, na Comissão de Finanças, o relator do Ministério da Guerra e tão bem se conduziu nessa função que o General Cristóvão Barcelos, 25 anos após sua morte, classificou de — sem par — a atuação do grande estadista maranhense.

Nos dois primeiros anos de Senado, lecionou a cadeira de Direito Administrativo, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, substituindo o jurista José Higino Duarte Pereira.

Ao deixar esta Casa para exercer o cargo de Governador, no quadriênio de 1906 a 1909, Benedito Leite já era uma das mais graduadas figuras da Política Nacional.

Na vigência do seu Governo fundou a Escola Normal e a Escola Modelo primária, entregando à direção de grandes mestres como Barbosa de Godois, Almir Nina, Justo Jansen, Ribeiro do Amaral e outros.

Faleceu antes de terminar o seu mandato, na França, em 6 de março de 1909.

Na história do Maranhão, não houve chefe político que, como ele, entfeixasse em suas mãos maior soma de poderes e por tão dilatado tempo. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, segundo orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi reento pelo orador) — Sr. Presidente, alguns órgãos da Imprensa paulista têm formulado, ultimamente sérias críticas aos parlamentares que, no Congresso Nacional, representam o Estado de São Paulo, sob a alegação de que há desinteresse, mutismo e indiferença para com os problemas fundamentais de meu Estado.

Sinto-me, integrante dessa representação assim criticada, no dever de prestar esclarecimentos a fim de que não perdue essa injustiça que, evidentemente, não atinge só a mim, mas a totalidade dos parlamentares da minha terra. Quanto à minha atuação no Senado da República eu teria, em abono, o próprio testemunho dos eminentes colegas. Recém-empossado, em 1955, minha preocupação primeira foi a de tratar de problemas diretamente ligados aos interesses do Estado de São Paulo.

Assim, logo nos primeiros dias, ocupei a tribuna do Senado para examinar, tanto quanto possível, o fundo, da situação cafeeira. Formei nesta Casa, até o dia 21 de junho de 1955, quando me foi concedida licença para assumir a Prefeitura de São Paulo.

Durante esses cinco meses em todos os meus trabalhos, quer no penário quer nas Comissões de Finanças e de Legislação Social, tive as vistas voltadas, evidentemente, em primeiro lugar, para os problemas gerais da Nação, sem deixar de queles específicos, ligados ao Estado que tenho a honra e a imensa ventura de aqui representar.

Ausente nove meses, por estar exercendo o cargo de Prefeito de São Paulo, reassumi a cadeira de Senador no dia 13 de abril do ano passado retomando a minha linha de orientação.

Neste instante, falando de improviso, apenas impulsionado pela tristeza que me causou a leitura desses jornais que criticam a representação paulista, e sem tempo para reunir os elementos que comprovam

minha afirmação, recordo nosso trabalho no Orçamento da República, na parte referente a São Paulo.

Manda-me a Secretaria da Comissão de Finanças desta Casa extensa relação das emendas por mim apresentadas. Seria longo enumerá-las, para verificar quais foram aprovadas.

Sei de memória, porém, que foram favorecidos a Universidade de São Paulo, o Instituto Butantã, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo e Instituições diversas; isto, sem referir as beneficiadas com a dotação pessoal a que cada Senador tem direito, mencionando apenas as conquistas da boa vontade e espírito de compreensão dos eminentes colegas para com entidades como a Universidade de São Paulo.

Continuarei, no decorrer deste ano, com a mesma orientação. Não faz muitos dias, ocupei a tribuna para novamente examinar o problema do café, que, se de um lado diz respeito aos interesses gerais da Nação, especificamente está ligado aos interesses de São Paulo.

Poderia relacionar o número elevado de requerimentos de informações subscritos por mim, todos comprovando o que alego. Entre os últimos, lembraria o que se está debatendo com muita intensidade no momento, atinente à instalação, em São Paulo, das Indústrias Krupp.

O caso está em foco e a imprensa, principalmente a do Rio de Janeiro, registrou com algum relevo o meu requerimento e a crítica que formulei desta tribuna ao desinteresse das autoridades federais no acuidar, desde logo a questão fundamental não para São Paulo, mas para a economia brasileira, que é a instalação das usinas Krupp. Frizei por essa ocasião, que muito me agradava defender essa indústria, pela simples razão de que ela assumira com o Brasil o compromisso de fazer reverter para a economia brasileira todo o lucro resultante das suas atividades, ao contrário de outras que são favorecidas, e remetem seus lucros para o exterior, em prejuízo da nossa economia.

Requei, também, informações a propósito da exata aplicação de Instrução 113, da SUMOC, que se relaciona com as facilidades para transferência de indústrias estrangeiras para o Brasil. Disse, então que minha preocupação era a de saber, com exatidão, o rol das organizações industriais já transferidas para o Brasil, com os favores daquela instrução, bem como das pendentes de exame da SUMOC; para, com medidas objetivas, poder formular críticas da tribuna do Senado.

Evidentemente, esta providência diz muito diretamente com os interesses industriais de São Paulo. Na minha terra, estão sediadas as grandes indústrias, que ficarão prejudicadas se a Instrução 113 for aplicada, mais ou menos a granel, sem um rigor, de sorte a só admitir favores para aquelas indústrias que não venham concorrer com as que possuímos aqui, em desigualdade de condições. São providências em benefício da economia do Estado que, repito, tenho a honra e ventura de representar nesta Casa.

Faço esta prestação de contas um tanto constrangido, mas coagido pelas críticas formuladas constantemente. Se fosse somente uma, ou outra, poderia atribuí-las a um equívoco, mas de dias a esta parte vêm sendo ininterruptas. A princípio, era um jornal; mais tarde, outro; já agora, são diversos órgãos da imprensa, com repercussão nas estações de rádio e televisão.

Sr. Presidente, lembro-me, por exemplo, do que foi, neste Senado, a batalha parlamentar quando da aprovação do Código de Tarifas. Muitas das minhas emendas lograram êxito,

e, à semelhança das outras que interessavam diretamente à coletividade brasileira, em parcela bem razoável interessam à economia de São Paulo, pois muitas das emendas defendidas se relacionavam com a proteção das organizações industriais, em particular das produtoras de máquinas agrícolas.

Defendi, com êxito, a emenda que se relacionava com a produção do livro. São Paulo é um Estado altamente produtor de livros, pois ali encontramos as grandes editoras da Nação. Se, portanto, a emenda favoreceu à cultura em geral, se veio proporcionar livros, senão baratos, pelo menos mais acessíveis ao povo, o que seria de se admitir, caso a emenda não lograsse êxito, beneficiou diretamente a indústria de São Paulo.

Não me esqueço da luta com o eminente Senador Carlos Seabra, quando se discutia a sua emenda sobre a distribuição de divisas nas várias bolsas de valores da Nação. Trago presente em minha memória o momento em que frizei que a emenda referida prejudicava, substancialmente, muito mais ao Brasil do que propriamente a São Paulo, porque nesse Estado e no Rio de Janeiro estão sediadas as grandes organizações consumidoras de divisas. Nada adiantava a lei redistribuir essas divisas pelas regiões do Nordeste, do Norte e Sul do País, porque os interessados iriam nas bolsas respectivas concorrer no leilão; rematar essas divisas e recambiá-las para os centros consumidores de São Paulo e do Sul. Em última instância, quem iria pagar era o consumidor, porque, como diz o velho brocardo popular, do ouro saem as corréias. Se as divisas, em vez de serem leiloadas em São Paulo, ou no Distrito Federal, ou forem no Amazonas, no Pará, ou em qualquer outro Estado do Norte e do Nordeste, e depois recambiadas para o Sul, logicamente haverá uma comissão, nessa movimentação, nesse jogo de divisas; e essa comissão, esse ágio, essa diferença de preços acaba por aparecer no encarecimento da mercadoria e ser cambiada com as divisas.

Disse eu, então, que a emenda visava muito mais aos interesses dos corretores do que ao interesse coletivo.

Não tive intenção de atingir meu eminente colega, Senador Carlos Seabra, porque ignorava completamente, na ocasião, que um dos ilustres irmãos de S. Ex.ª era corretor em uma cidade do Nordeste; se não me falha a memória, em Fortaleza. Essa circunstância deu oportunidade a que, posteriormente, surgissem críticas ao digno Senador, por ter aqui defendido aquela emenda. Ocupou S. Ex.ª a tribuna, a fim de prestar esclarecimentos, e fez-me a justiça de reconhecer minha honestidade de propósito quando combati a emenda, afirmando que minhas referências não o atingiam, porque eu desconhecia a situação de seu irmão.

Sr. Presidente, repito seria demasiado longa a enumeração de todo esse trabalho. Em outra oportunidade, com mais pagar, não desta tribuna, para não ocupar o tempo de meus colegas e dos trabalhos parlamentares, mas por outro meio qualquer, fornecerei elementos à imprensa de São Paulo, para mostrar que, se efetivamente, nesse trabalho do Congresso, é pequeno, e modesto, é, porém, constante e feito com os olhos voltados para os interesses de meu Estado e, antes dele, em primeiro lugar, para os de minha Pátria.

Em esses, Sr. Presidente, os esclarecimentos que desejava prestar, nesta Casa, ante as críticas que se fazem em São Paulo quanto à inatividade dos representantes daquele Estado no Congresso Nacional. — (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua o Expediente.
Tem a palavra o nobre Senador Apolônio Salles, terceiro orador inscrito. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, quarto orador inscrito.

Também não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Othon Mader, quinto orador inscrito. (Pausa).

O SR. OTHON MADER:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais orador inscrito.
Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.
É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 498, de 1957

Dispensa de publicação para imediata discussão e votação.

Requeiro dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 136, de 1957.

Sala das Sessões em 4 de outubro de 1957. — Lima Guimarães.

O SR. PRESIDENTE:

Em obediência ao voto do plenário, passa-se à discussão da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 136, de 1957, cujo parecer n.º 904, foi lido no expediente.

Não havendo quem pegue a palavra, encerro a discussão.

Está encerrada.

Em votação:

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

Val à Câmara dos Deputados.

Designo para acompanhar naquela Casa do Congresso, o estudo das emendas do Senado, o Sr. Lima Guimarães.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Cunha Mello — Prisco dos Santos — Assis Chateaubriand — Georgino Avelino — Norvas Filho — Jarbas Maranhão — Freitas Cavalcanti — Atílio Vivacqua — Alencastro Guimarães (9)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa ainda outro requerimento, que vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento n. 499, de 1957

Inserção de matéria nos Anais.
Nos termos do art. 127, letra "b", do Regimento Interno requeremos inserção nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Vice-Presidente, Senhor João Goulart, na sessão de encerramento da Convenção do Partido Trabalhista Brasileiro.

Sala das Sessões em 4 de outubro de 1957. — Lima Guimarães.
Vieira — Francisco Góes — Neves de Rocha — Paulo Cabral — Edison Cavalcanti — Ruy de Azevedo — Vivaldo Lima — Primio Beck — Jorge Maynard — Leonidas Mello.

O SR. PRESIDENTE:

O presente requerimento está devidamente apoiado. De acordo com o Regimento, será votado no final da ordem do dia.

Continua a hora do expediente. (Pausa)

Não havendo quem queira usar da palavra, passo à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1957, que considera equivalente aos cursos de comandante de pelotão, de seção ou de aperfeiçoamento das Escolas de Sargento das Armas, do Emercito, para os efeitos do § 1.º do art. 51, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, os cursos de aperfeiçoamento, técnico profissional das Escolas Profissionais da Marinha de Guerra, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 871 e 872, de 1957, das Comissões de: Segurança Nacional; e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 500, de 1957

Com fundamento no art. 155, letra d, do Regimento Interno, requeiro seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1957, a fim de ser sobre ele ouvido o Sr. Ministro da Marinha.

Sala das Sessões em 4 de outubro de 1957. — Caiado de Castro.

O SR. PRESIDENTE:

De conformidade com o requerimento o projeto é retirado da ordem do dia.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 146, de 1957, que determina a construção da primeira etapa do porto de alto calado da baía de Marau, no local denominado Campinho, no Estado da Bahia, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 876 e 878, de 1957, das Comissões de: Constituição e Justiça; Transportes, Comunicações e Obras Públicas; e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

O SR. NEVES DA ROCHA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o projeto neste momento submetido à discussão trata da construção da primeira etapa do porto de alto calado da baía de Marau, em Campinho, no meu Estado. É proposição de alta relevância.

Relator da matéria na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, desejava dizer duas palavras em torno do assunto, pois que aprovado o projeto como espero beneficiará extraordinariamente a Bahia.

Naquele órgão técnico, quando relata a matéria tive ocasião de ressaltar que o Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais ao emitir sua opinião franca em torno da construção desse Porto, dentre outras vantagens acentuou:

"As vantagens da localização do porto em Campinho podem ser assim resumidas:

- a) absoluta desnecessidade de dragagem para acesso a navios com 10 metros de calado;
- b) ampla bacia de evolução;
- c) possibilidade de grande ampliação das instalações portuárias;
- d) proximidade da entrada da baía de Marau;
- e) grandes extensões planas para o desenvolvimento da cidade, muito embora estas sejam relativamente baixas;
- f) acesso ao porto em terrenos planos."

O grande Almirante Mouchez, de todos nós conhecido, ao proceder, em época remota ao levantamento hidrográfico das nossas costas, também se referiu ao futuro porto de Campinho com grande entusiasmo, dizendo mesmo que, a seu ver, seria o mais importante dos do Norte do País, com exclusão do porto da baía de Todos os Santos, que serve à Capital do Estado, Salvador.

Além do mais, Sr. Presidente, o porto de Campinho, que deverá ser construído, segundo esperamos, em três anos, tendo a primeira etapa iniciada imediatamente, resultará, pode-se dizer, num porto internacional, pois existe projeto no sentido de ligá-lo a Brasília, através de estrada de ferro unindo Ubaitaba a Jequié e Contendas no nosso Estado, Manga no rio São Francisco, Manga a Formosa, e Formosa a Brasília.

A ligação ferroviária daquele porto permitirá o escoamento de todos os produtos da região e das grandes riquezas de Goiás, do Norte de Minas Gerais e da Bahia para o exterior.

Essas palavras visam apenas, como balanço e amante de minha terra e do seu progresso, a acentuar que a construção desse Porto importará num grande serviço ao meu Estado.

Dirijo-se, Sr. Presidente, a Vossa Excelência e ao Senado antes da votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 146, que se reveste de máxima e real importância para os interesses da Bahia. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua em discussão o projeto.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara, n.º 146, que determina a construção da primeira etapa do porto de Campinho, reveste-se de importância transcendental não só para a Bahia como para todo o Vale do São Francisco, o Norte de Minas Gerais e grande extensão do próprio Estado de Goiás.

O reflexo dessa obra, que se pode comparar a um novo Porto de Santos instalado no Norte do País, será de importância excepcional para a economia de vastas regiões do País.

Pago a atenção do Senado para o empreendimento que ultimamente vem empolgando a Câmara dos Deputados e entusiasmando grande número de Senadores e de pessoas responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social da Nação.

Desejo, igualmente, pedir a atenção da Casa para o fato de que a evolução do projeto de construção de um porto no Norte do Brasil representa uma das primeiras consequências benéficas da interiorização, já resolvida, da Capital da República. Campinho, na baía de Marau, será o porto de Brasília; e, senão o principal, pelo menos um dos mais importantes para o desenvolvimento do interior do País.

Outro projeto, em tramitação nesta Casa, cuida da construção dos primeiros trechos de uma ferrovia de penetração que, ligando esse porto a zonas já desenvolvidas da Bahia, terá, forçosamente, futuro promissor no desbravamento dos sertões.

Precisaremos, além disso, prosseguir nesta grande obra, executando o mais rapidamente possível, uma ligação direta do porto de Campinho a Brasília, atravessando regiões perfeitamente recuperáveis e empreendendo verdadeira penetração pelo interior.

Esta primeira consequência da interiorização da Capital é um índice daquilo que pouco a pouco assistire-

mos, de agora em diante; problemas secularmente abandonados, problemas secularmente desconsiderados, passarão para a primeira plana das cogitações das autoridades nacionais, buscando-se, com uma ocupação de fato, do imenso território brasileiro, onde pelo menos 2/3 das terras estão praticamente abandonadas, sobretudo desde os tempos em que foi proclamada e imposta a República em nosso País.

De Brasília irradiarão inúmeras estradas, e já os ilustres representantes, no Senado e na Câmara dos Deputados, dos Estados do Norte e Nordeste apoiaram integralmente a idéia, tendo convocado a Administração da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia a fazer inversões substanciais na ligação rodovial-ferroviária de Belém a Brasília e daí a Santos.

É, também, velhíssima aspiração brasileira a interligação do Norte com o Sul, aproveitando-se os recursos com que a Natureza dotou este imenso território, sobretudo os rios navegáveis, plano abandonado até a presente data.

Por sua vez, os representantes do grande Estado de Mato Grosso, aliados aos de Goiás e a outros homens públicos compreendedores das necessidades que temos de recuperar o território brasileiro, já cogitam da ligação Curitiba-Brasília, assim como de uma rodovia de Brasília até os confins do Acre, buscando a fronteira do Pará, depois Equador e, nos altiplanos dos Andes, a Rodovia Sul Americana.

Todos esses problemas, que passaram mais de 30 ou 40 anos sem o menor eco no Parlamento Nacional, vêm, assim, pouco a pouco, sendo colocados na ordem do dia das realizações nacionais, já em função da interiorização da Capital.

Isso é bem a amostra do que será a recuperação e o aproveitamento das imensas reservas que nos legaram os antepassados.

Brasília, apenas resolvida sua construção, está cumprindo o seu destino de cérebro da Nação.

Essas e outras obras não podem de maneira alguma ser debilitadas, como vêm sendo, à construção propriamente dita da cidade. As rodovias que estamos construindo, demandando a futura Capital do Brasil, já deveriam ter sido implantadas há muitas dezenas de anos, em função da produção, em função dos agrupamentos humanos já ali existentes.

O descaso, o abandono em que foi deixada a iniciativa privada, que desbravou aquela imensa região, exige providências, as quais não podem, de maneira alguma, ser debilitadas a uma cidade, cujos problemas são urbanos, e não de ordem nacional. Apenas devem ser debilitadas a Brasília as obras propriamente ditas da construção da cidade.

Assim, respondendo às críticas injustificadas, segundo as quais o Governo Federal está invertendo os recursos da União na futura Capital do Brasil. A maioria das inversões que vêm sendo feitas, destinam-se a obras já agora com retardo de dezenas de anos, em função da produção, que deveria ter sido assistida, em benefício das próprias regiões novoadas, dos grandes núcleos do litoral, como Rio de Janeiro, São Paulo e outros, os quais se debatem agora com seríssimos problemas de alimentação, certamente solúveis quando dotado o País de melhores vias de acesso às fontes produtoras.

Sr. Presidente, a construção de uma estrada pioneira, entre o Porto de Campinho e o interior interessa

Com essa confiança no notável empreendimento do Estado brasileiro, deixo consignado, desta tribuna, o entusiasmo com que acompanho o trabalho diário da equipe de técnicos que nele labora em benefício da grandeza do Brasil.

DISCURSO QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N. 499, DE 1957, DO SR. LIMA TEIXEIRA E OUTROS SRS. SENADORES, APROVADO NA Sessão de 4-10-1957.

A PALAVRA DE JOÃO GOULART

Foi o seguinte, na íntegra, o discurso proferido pelo vice-presidente da República:

"No exercício da Presidência do Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, nenhuma das emoções que tenho experimentado sobrepõe a alegria que me proporcionam estes periódicos encontros convosco, em que se afirma plenamente a vitalidade de nossa agremiação. É natural, portanto, que, em oportunidades como esta, sempre vos fale com a alma transbordante de júbilo, vendo em cada um de vós mais um amigo do que um correligionário. Desejo, portanto, que as minhas primeiras palavras sejam uma fraternal saudação a todos que aqui vos encontras, integrando ou participando dos trabalhos do nosso glorioso Partido!

Aqui nos reunimos, como sábets, para, entre outros assuntos, proceder à reforma de nossos Estatutos. O novo diploma que aprovastes, visando a emprestar maior flexibilidade à nossa atuação, é um documento que demonstra a nossa maturidade e — porque não dizê-lo — honra a própria cultura do país. Felicito-vos pelo vosso trabalho, eloquente resposta ao vaticínio dos cépticos que ainda até bem pouco tempo, viam em nossos passos o rumor sem eco das coisas efêmeras.

Senhores Convencionais! É possível que o fundamento dessa vitalidade, o motivo da nossa expansão, esteja no fato de que somos, como nenhum outro um Partido que, sem fugir à órbita das injunções e dos interesses comuns, gravita essencialmente entre a razão e o sentimento. Temos naturalmente um conteúdo ideológico, mas temos também — além disso e acima disso — uma formação emocional. Ma é que nos faz agir tão ao molde do humano como força atuante no campo social, sabendo querer as coisas tanto quanto possamos os seus efeitos repercutir no íntimo de cada criatura, como dor que se sente na alegria em que se vibra.

Não somos, por isso mesmo, um Partido de cúpula, o que nos tornaria indiferentes às reações individuais das medidas de ordem geral. A nós, o que nos preocupa, antes de tudo, é o homem, é a pessoa humana, na plena e bela expressão de sua grandeza eterna. Nossos interesses pelos problemas econômicos, por exemplo, não se reduzem a simples análises das cifras; mas antes às verdadeiras repercussões que elas possam dar ao sentido humano da vida de cada um. Por isso, a tantos parece singular a nossa forma de conduzir os rumos de ação política. É que, num mundo que oscila entre o indiferentismo — que faz os poderosos tão estranhos ao grito dos humildes — e o coletivismo — que identifica uns e outros no mesmo "standard" de emoções automatizadas — procuramos uma solução que possa dar ao homem, na posse e gozo de uma liberdade espiritual, efetiva, o domínio das coisas materiais e o integral sentido de sua responsabilidade.

RECONHECIMENTO NOS TRABALHADORES

Ao assumir a presidência do Partido Trabalhista Brasileiro, em maio de 1952, atendendo determinação do grande Presidente Vargas, tive ocasião de afirmar: "Nenhum Partido tem como o nosso tão profundas e vivas raízes na alma popular; ne-

nhum, como ele, pôde ter essa formação de baixo para cima, que lhe permitiu através de um legítimo e irresistível movimento de opinião apresentar-se aos olhos do país como um efetivo alvorecer de ideia nova. Foi o homem da rua que, espontaneamente, veio integrá-lo; foram os humildes, os escorregados, os sofridos, que lhe trouxeram, com suas angústias e suas lágrimas, o milagre de sua força e o conteúdo de sua substância".

Não penso hoje diferentemente de ontem, no que diz respeito ao sentido humano da vida política, nem transigi na fidelidade às fontes inspiradoras de nosso sentimento.

Sabem os companheiros de todo o Brasil que minha maior preocupação, nestes cinco anos em que venho exercendo a presidência do nosso Partido, foi torná-lo mais forte e mais unido. Prestando-vos, nesta hora, contas da imensa tarefa que me impuzestes, devo declarar que jamais me prevaleci da posição para fazer política personalística, ao sabor das conveniências e afeições. Procurei sempre imprimir a todos os meus atos um sentido eminentemente partidário, pois sempre tive, mereço de Deus, — exata noção dos meus deveres e responsabilidades.

Dediquei maior atenção aos companheiros mais humildes e aqueles que morream no interior, afastados dos grandes centros e com menores possibilidades, portanto, de transmitir seus apelos e tornar conhecidas suas reivindicações. Fiel à constância que sempre caracterizou minha atuação na vida pública, cuidei também especialmente das classes trabalhadoras, às quais me sinto ligado, por laços de amizade que transcendem a própria órbita das injunções políticas. Dentro dos seus Sindicatos e nas praças públicas, acompanhei e participei de suas lutas, preservando-lhes sobretudo a unidade, pois entendo que somente com o apoio de uma representação sindical esclarecida e coesa, o movimento político que representamos poderá um dia se afirmar em toda a sua plenitude. Somos essencialmente um Partido de massa, cuja finalidade maior, a própria razão de existência, reside na defesa pacífica das justas aspirações dos menos afortunados. Nunca nos aproximamos dos trabalhadores para mercadejar votos, nunca olhamos os seus problemas sob ângulos eleitorais, senão com o sincero propósito de colaborar para as suas soluções.

Outros Partidos, de conteúdo diferente, poderão prescindir da colaboração e do apoio das coletividades oprimidas até por falta de legitimidade para representá-las. Já o Partido Trabalhista Brasileiro será tanto mais forte quanto maior for a confiança nele depositada pelos homens que ajudam a construir, no anonimato da luta de todos os dias, a grandeza e o futuro do Brasil. Aos trabalhadores de todos os recantos do país, quero reafirmar, portanto, nesta oportunidade, a minha inquebrantável amizade, a minha solidariedade às suas causas e a certeza de que estarei permanentemente ao seu lado, sejam quais forem as circunstâncias de minha vida, como homem público ou como simples cidadão.

Ministro do Trabalho, nenhum outro foi mais combatido mais calunhado e mais ultrajado até em sua honra pessoal. E tudo isto por quê? Porque não me coloquei ao lado dos poderosos. Porque não deservi os trabalhadores. Porque não fiz o jogo dos grupos econômicos contra os Sindicatos. Porque lutei pelo Salário Mínimo. Porque apoiei a lei que taxou os lucros extraordinários. Porque sempre estive ao lado da "petrobás". Porque defendi a sindicalização dos trabalhadores rurais.

Porque não era golpista. Porque não sou entreguista. Enfim fui atacado, injuriado, combatido, apenas porque tenho sido invariavelmente fiel à minha consciência.

Mas o que sou e o que sofremos, companheiros, pouco ou quase nada importa. O que interessa, o que vale, é o reconhecimento das massas trabalhadoras e das camadas mais humildes do povo que, incessantemente, nos trazem o conforto de sua solidariedade e o estímulo de sua força atuante. Por outro lado, é comovente a verificação de que as agressões, os insultos e as infâmias têm sido respondidas pelo pronunciamento das urnas.

Devemos atentar, porém, que não foram obra do acaso as vitórias que alcançamos, nem obra do acaso terá sido o crescimento de nossas fileiras. O povo não nos prestigiou sem motivo com os seus sufrágios. Se tivemos esses triunfos se crescemos em quantidade, e hoje somos a força que cenos, isso se deve principalmente ao fato de termos sido consequentes na aplicação de nossos princípios.

AS FALHAS DO PARTIDO

Não seria sincero, nesta oportunidade, faltaria aos meus deveres e às minhas naturais obrigações, se não dissesse que, mesmo assim, de muitas falhas se ressentem ainda nossa ação partidária — falhas principalmente de ordem interna, oriundas da falta de perfeita coordenação dos nossos esforços. Essas deficiências que temos procurado sanar, têm sido supridas, até agora, pelo vosso idealismo e a vossa imensa capacidade de luta e de sacrifício.

De uns tempos a esta data, têm surgido interpretações tendenciosas a respeito do comportamento do nosso Partido em diversas Unidades da Federação. Referem-se elas às divergências que, de quando em vez, ocorrem em algumas das nossas Seções Regionais. Chamo a atenção dos companheiros para a circunstância de que, até bem pouco tempo, esses fatos não se verificavam porque o nosso Partido, em vários Estados, simplesmente não passava de uma ideia sem qualquer conteúdo operante. Dessa maneira, as inquietações internas do Partido Trabalhista Brasileiro, longe de indicar enfraquecimento, significam antes uma natural procura de rumos e salutar afirmação de vitalidade.

Vale sublinhar, por outro lado, que essas ocorrências nunca afetaram a unidade nacional do Partido, que se afirma cada vez mais, numa irrefutável negatividade à predição dos nossos adversários. Prova disso tivemos ainda no pleito de 1955, quando, em aliança à base de um programa mínimo, colaboramos decisivamente para a eleição do Ilustre Presidente Juscelino Kubitschek. E aqui, Senhores Convencionais, permito-me dizer que prossequimos emprestando lealmente o nosso apoio ao governo daquele eminente brasileiro, tendo sempre em vista a continuidade da execução do programa que inspirou a aliança vitoriosa, o qual constitui ponto de honra para todos os trabalhistas.

Faltaria também a um imperativo de justiça se não destacasse a atuação das nossas bancadas nas duas Casas do Congresso, da Comissão Executiva Nacional, dos Executivos e Legislativos Estaduais e Municipais, dos Diretórios do Interior e de todos os companheiros que têm responsabilidades na vida pública do país. Eles têm contribuído com magnífica lucidez e descompromisso para a vitória dos nossos postulados e sobretudo, para a nossa unidade orgânica, tão indispensável quanto a ideologia e política.

Mas, repito: muita coisa existe ainda a reclamar a nossa atenção e os nossos esforços, dentro da esfera partidária. Devemos, antes de tudo, meditar sobre as experiências já vividas, aproveitando-as no que possam concorrer para o maior fortalecimento dos nossos quadros. Os resultados dos últimos pleitos eleitorais, por exemplo, estão a exigir da nossa parte uma segura interpretação. Incipiente ainda em 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro já em 1954 se apresentava às urnas com nada menos de 1.713.422 eleitores. Hoje, podemos nos orgulhar de ser o segundo partido nacional em votação de legendas, conforme atestam as estatísticas oficiais da Justiça Eleitoral.

AUMENTO DO NÚMERO DE DI RETÓRIOS

Como nenhuma outra agremiação política, marchamos, percentualmente, em acelerado ritmo ascensional. Mas se esse crescimento traduz a confiança cada vez maior do povo em nossa atuação, encerra também e grande ensinamento de que as estruturas partidárias são fator de capital importância nas competições eleitorais. Daí por que reitero a todos os companheiros a necessidade imperiosa do aumento das nossas bases, principalmente no interior, através da criação de novos órgãos partidários.

A melhoria do nosso Partido, não apenas quantitativa, mas também qualitativamente, resultará sobretudo da profundidade que atingir o nosso contato com o povo em sua mais larga expressão.

Uma das principais lacunas do nosso processo político, na presente etapa, é precisamente a escassa integração das organizações partidárias na vida popular. Temos, assim, de multiplicar esforços para promover maior articulação e sintonia com as correntes legítimas da opinião popular. Para isso, os Diretórios Municipais e Distritos são de vital importância, pois, sem veículos adequados de difusão e afirmação, nenhum ideal jamais se tornará plenamente vitorioso, nem mesmo quando tenha a animá-lo — como o nosso — um extraordinário conteúdo emocional.

Os problemas das populações rurais devem constituir uma das nossas principais preocupações. Entendemos que a elas devem ser estendidos os direitos sociais e os benefícios da civilização de que já desfrutam os que vivem nas grandes cidades. Essa verdadeira cruzada pela redenção do homem do campo, pela sua maior integração na vida nacional, é uma das mais legítimas bandeiras do nosso Partido, que nunca estabeleceu distinção entre os homens — sejam da cidade ou do interior — que concorrem com o seu esforço para o enriquecimento e o progresso da Nação.

Mas a par disso — e como tarefa ainda mais urgente — é preciso enfrentar com energia e decisão o problema do alistamento eleitoral que, no momento, empolga não somente os meios políticos, mas também a Igreja, as Classes Armadas e outros importantes setores da vida brasileira. O Partido Trabalhista Brasileiro e, acima de tudo, uma escola de civismo — e, como tal, deve colaborar, por todos os recursos ao seu alcance, para que os futuros pronunciamentos das urnas traduzam, substancialmente, a vontade da Nação.

"O PODER PELO PODER"

Com organização política atuante, é lícito o desejo do nosso Partido da conquista do Poder. Mas, não nos

seduz o Poder pelo Poder, pois isso seria trair sobretudo a memória daquêle cujo amor ao Brasil e de fidelidade às causas do povo temos cada vez mais presente, como estímulo e incentivo ao nosso espírito de luta — o inesquecível Presidente GETÚLIO VARGAS. Todos os sacrifícios que a Nação exige e exigirá de nós pouco representa diante do que ele fez pelo Brasil, imolando-se voluntariamente para oferecer-lhe por meio do seu sangue generoso, o prego do seu resgate. Quanto mais passa o tempo mais se agiganta e se projeta na História a figura excepcional de quem foi o primeiro a desfaldar neste país a bandeira da emancipação econômica, o primeiro a dar corpo, no texto expresso da mais avançada legislação social do nosso tempo, aos direitos legítimos das classes trabalhadoras. Se sufocaram sua voz e impediram sua ação, para que não continuasse a defender, como sempre defendeu, o povo e principalmente os humildes, cabe a nós enfrentar com ânimo decidido todas as dificuldades e transpor todos os obstáculos para que os seus ideais se transformem em realidade.

Como Getúlio Vargas, continuemos lutando contra a espoliação do Brasil, sem nos deixar abater pelos ódios, pelas infâmias e pelas calúnias. Temos forças insidiosas a vencer, que, como a ele, "não acusam, insultam; não combatem calunias" no propósito de impedir que, entre nós, o trabalhador possa ser livre e o povo, independente.

"Uma certeza me conforma — disse Vargas, na mensagem que nos enviou em maio de 1952, lida por ocasião da solenidade de minha posse na presidência do nosso Partido — a certeza de que sereis os guardas vigilantes, os continuadores e os aperfeiçoadores de minha obra que, graças à vossa energia e à vossa fé, há de sobreviver, há de perpetuar-se nas gerações vindouras, como expressão de um Brasil consciente de si mesmo, que renasceu definitivamente para um mundo melhor".

LEGADO DE VARGAS

Tem o nosso Partido o privilégio de ser herdeiro do legado político de VARGAS. Este legado nos engrandece, mas também nos convoca a um incessante esforço para merecê-lo. O ideal do grande Presidente foi a emancipação do povo brasileiro. Este é o nosso ideal. Sabemos que os obstáculos que se lhe antepõem não desapareceram depois do sacrifício do grande líder. Continuam persistentemente a nos desafiar, embora nos

encontrem, hoje, mais do que nunca, decididos a vencê-los. Não terá sido em vão o apelo que nos dirigiu o fundador do nosso Partido naquela Convenção.

Na verdade, Srs. Convencionais e dignos companheiros, o Partido Trabalhista é, sem dúvida, o único entre nós que desde logo se situou no plano da realidade do nosso tempo, por inspiração do gênio político de seu criador. Os problemas que levantou, as lutas que dirigiu, as idéias e os temas que colocou no palco das discussões, obrigando a velha mentalidade reacionária a vir para a arena dos grandes debates democráticos, e a ceder e a transigir — tudo isto constitui um acervo, um patrimônio de que não temos senão que nos orgulhar.

Ainda que assim não queiram os nossos adversários ou os negativistas impenitentes, somos hoje um Partido em condições de participar efetivamente da condução dos destinos do Brasil, nesta fase crucial de seu desenvolvimento. Pelo estudo e pela experiência estamos cada vez mais nos capacitando para formular as soluções dos problemas do país, as quais não se encontram pré-fabricadas em cutras nações, mas, ao contrário, deverão ajustar-se às exigências do nosso meio.

A carta-testamento de VARGAS é uma antecipação do nosso futuro. Ela está operando como verdadeiro instrumento pedagógico de esclarecimento do povo. De norte a sul, está despertando a consciência nacional. Vivemos, em nossos dias, uma realidade política, em grande parte resultante daquele memorável documento.

ENTENDIMENTOS COM OUTROS PARTIDOS

Decidiu a X Convenção Nacional, em sua soberania, transferir para outra oportunidade a reforma do nosso programa. Na verdade, impõe-se uma definição mais clara, inclusive doutrinária, da nossa ação política. De nada adianta formularmos princípio se esses princípios não se apoiam na observação das nossas realidades. É verdade que pouco falta ao Partido Trabalhista Brasileiro para atingir a plenitude da expressão político-partidária a que está naturalmente destinado. Suas teses, tão bem expressas na derradeira mensagem de VARGAS, são as teses da maioria do povo.

Permito-me, todavia, na certeza de traduzir o pensamento de todos os trabalhistas, declarar à Nação que o programa do nosso Partido é, como sempre foi, a defesa intransigente dos princípios nacionalistas. A flexibilidade de táticas no jogo político nunca nos desviou e jamais nos desviará daqueles objetivos. Não sede-

remos uma polegada nesse terreno. Antes, constituirá sempre condição fundamental, para eventuais entendimentos com outros partidos, a defesa dos legítimos interesses nacionais, como os entendemos, e dos direitos dos trabalhadores, como os entendeu VARGAS.

A bandeira das reivindicações do nacionalismo ninguém jamais a arrebatará de nossas mãos. Não o afirmamos por impostura, mas sim de modo idôneo — e podemos exigir que essa idoneidade seja reconhecida. Temos, de fato, autoridade e legitimidade para exercer função de vanguarda na luta nacionalista em que está empenhado o povo brasileiro. E conforma verificar que, já agora, temos ao nosso lado, na patriótica missão de tornar o Brasil cada vez mais brasileiro, ponderáveis setores da opinião nacional, militar e civil, sem contar aguerridos comandos parlamentares, inclusive de partidos que até ontem faziam restrições às nossas teses.

O nacionalismo de que vos falo, não sendo uma atitude demagógica — como é para muitos — reclama antes de tudo, como condição imprescindível à sua própria sobrevivência, um clima de legalidade. Não são sinceros, portanto, aqueles que o pregam e, ao mesmo tempo, defendem idéias e soluções contrárias à Democracia.

NACIONALISMO ORGÂNICO

O nascimento do Partido Trabalhista Brasileiro não é um rótulo. É antes um nacionalismo orgânico, objetivo, pragmático e com raízes na realidade e nos imperativos do nosso desenvolvimento social e econômico. Atingimos um nível de progresso material e de maturidade política incompatível com tutelas odientas e privilégios injustos. Nada pode prevalecer sobre nossa soberania e segurança. Não somos isolacionistas, não rejeamos a cooperação da técnica e dos capitais estrangeiros, mas repelimos a alienação de nossas riquezas. Temos de resguardar a todo custo, as nossas indústrias básicas e impedir que acordos desfavoráveis comprometam a nossa própria soberania.

Nosso decidido apoio "Petrobrás" e à "Eletrôbrás" deve continuar, na presente etapa, cada vez mais firme, como um dos pontos capitais da nossa luta. A defesa do nosso petróleo, como a dos nossos minerais atômicos, deve constituir para nós uma preocupação constante, que nos obriga a uma permanente vigilância.

Somos nacionalistas porque desejamos aproveitar economicamente — para o bem de toda a coletividade —

o que algumas forças querem fazer só para o seu gozo ou o pozo de pequenas minorias que não hesitariam em vender a própria soberania nacional para satisfação de seus egoísmos e suas ambições. Somos nacionalistas porque desejamos a formação de uma poderosa indústria nacional. Somos nacionalistas enfim, não porque sejamos contra a entrada de capitais estrangeiros no Brasil, mas sim porque nos debatemos para que esses capitais de fora sejam aqui investidos no mesmo plano de igualdade dos investimentos domésticos.

REAFIRMAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Este é o nosso nacionalismo, estes são os princípios que nos foram legados pela clarividência de Vargas — e que reafirmamos perante a Nação ao ensejo da X Convenção Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, que se realiza nesta data de tão alta significação histórica. Não nos conformaremos, pois, com as glórias passadas. Sob a inspiração de Deus, preparemo-nos para novas e árduas tarefas. O ritmo da vida política, como a tendemos, é uma constante de movimento, invariavelmente relacionada com o processo da vida nacional. Parar, seria sucumbir. Num país como o nosso que se lança com tal arrojo para a frente, só os derrotistas ou os reacionários estacionam ou retrocedem. Fiquem eles no meio do caminho. Nós continuaremos com o Brasil!

Unidos, pois, como sempre, sob a inspiração de VARGAS, iniciemos hoje uma nova e decidida caminhada, esquecendo divergências que somente concorrem para a nossa debilidade. Os resultados da nossa reunião, aliás, estão a revelar que foi ultrapassada dentro das fileiras do trabalhismo a fase das agitações estereis. Quero congratular-me convosco pelo alto alcance das deliberações que tomastes, tanto no plano partidário como no plano político, todas elas reveladoras da nossa maturidade e do nosso acendrado patriotismo. Permito-me uma referência especial à moção em que reafirmamos a vossa confiança e a vossa solidariedade à minha modesta atuação à frente dos destinos do nosso Partido. Se algum mérito houve na minha conduta, eu o transiro por um dever de justiça a todos os companheiros, pois deles não fui senão interprete. A eles, portanto, a todos vós, aos trabalhadores de todas as categorias sociais os meus mais comovidos agradecimentos — e a certeza de que, como discípulos e seguidores de Vargas, temos selado juntos os nossos destinos".